FISC NORDESTE - PANORAMA DO ESTADO DA BAHIA

ASPECTOS GERAIS

A população em domicílio com água encanada no Estado da Bahia (85,7 %, em 2010) é superior à registrada no Nordeste (84,3 %), porém ainda inferior à do Brasil (92,7 %). A taxa de analfabetismo nesse estado para população acima de 18 anos (17,7) também está em situação mais favorável que a taxa da Região Nordeste (20,4), mas de forma semelhante, ainda com desempenho inferior à registrada nacionalmente (10,2).

Quanto à Renda per Capita, o Estado da Bahia possui renda superior à média do Nordeste, mas ainda assim, conforme ilustrado na Figura 1, ainda distante da Renda per Capita Brasil (equivale a cerca de 63 % da Renda per Capita Brasil).

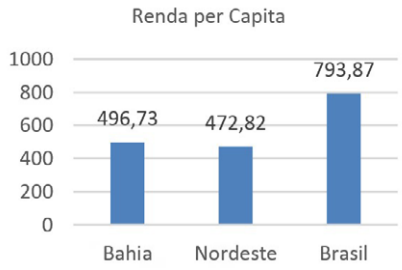

Figura 1. Renda per Capita (em R$): Bahia, Nor-deste e Brasil, referente a 2010

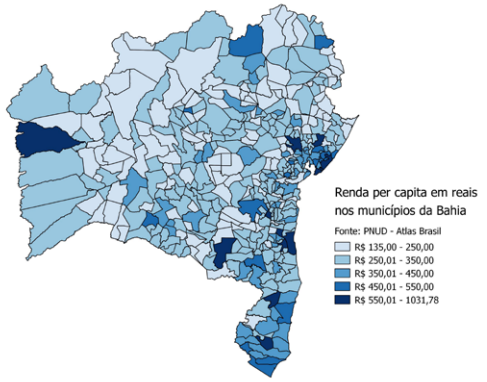

Figura 2. Renda per Capita (em R$) referente aos muni-cípios da Bahia. Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Atlas Brasil 2013 (www.atlasbrasil.org.br/2013).

O quadro de desigualdades existentes entre as Renda per Capita apresentadas para o estado e a Renda per Capita Brasil, conforme Figura 2, é replicado dentro do próprio estado, com concentração de renda em poucos municípios (municípios mais escuros).

No que se refere aos municípios localizados na Bacia do Rio São Francisco, vale destacar que os municípios ribeirinhos não possuem indicadores sociais diferenciados em relação ao restante do estado. Ou seja, a existência de água por si só não é suficiente para permitir níveis diferenciados de desenvolvimento. São necessárias outras intervenções para instigar o desenvolvimento dessas localidades.

PERFIL DE RECURSOS PÚBLICOS FEDERAIS DESTINADOS AO ESTADO DA BAHIA

Na Tabela 1, são apresentados os volumes de transferências obrigatórias e transferências discricionárias oriundas da União destinadas ao Estado e aos municípios da Bahia, bem como o volume de operações de crédito registradas nesse estado. Para fins de comparações, também se registram os volumes equivalentes destinados e registrados tanto na Região Nordeste quanto o volume total Brasil.

Tabela 1. Volumes de transferências obrigatórias e discricionárias oriundas da União destinadas ao Estado e aos municípios da Bahia, ao Nordeste e a ao conjunto de todos os estados e municípios do Brasil; e volume de operações de crédito registradas (valor nominal, cumulativo 2000 a 2014), bem como, para efeitos de comparação, população em 201

	Bahia	Nordeste	Brasil
Transferências obrigatórias	R$ 144,72 bilhões (8,1 % Brasil)	R$ 631,76 bilhões (35,2 % Brasil)	R$ 1.793,71 bilhões
Transferências discricionárias	R$ 9,99 bilhões (7,2 % Brasil)	R$ 52,2 bilhões (37,6 % Brasil)	R$ 138,77 bilhões
Operações de crédito	R$ 96,12 bilhões (4,61% Brasil)	R$ 360,34 bilhões (17,3 % Brasil)	R$ 2.083,18 bilhões
População	15,13 milhões (7,5%)	56,19 milhões (27,7% Brasil)	202,77 milhões

Fonte: Dados extraídos de bases de dados utilizadas no TC 011.432/2015-2

No que se refere aos valores per capita dessas transferências e operações, a Figura 3 ilustra sua evolução entre os anos de 2002 e 2014 (ano base 2014).

Evolução de transferências e operações de crédito (2002 e 2014)

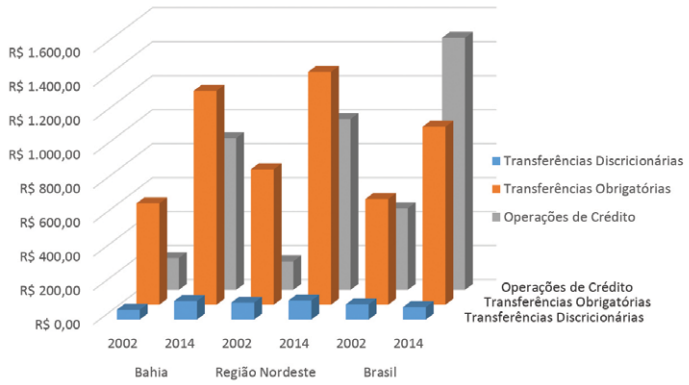

Figura 3. Evolução dos volumes de transferências obrigatórias e discricionárias per capita oriundas da União destinadas ao Estado e aos municípios da Bahia, ao Nordeste e a ao conjunto de todos os estados e municípios do Brasil; e volume de operações de crédito registradas per capita (valores base 2014). Fonte: Dados extraídos de bases de dados utilizadas no TC 011.432/2015-2

No período considerado, **as transferências discricionárias per capita, em termos reais, destinadas ao Estado da Bahia se elevaram em 89 %, enquanto as transferências destinadas à Região Nordeste aumentaram 12 % e as destinadas nacionalmente reduziram-se em 17 %.**

Quanto às **transferências obrigatórias per capita, em termos reais, dobraram no Estado da Bahia se considerados os anos de 2002 e 2014, enquanto na Região Nordeste e no Brasil o aumento foi da ordem de 70%.**

Destaque-se, também, o significativo aumento real no nível de operações de crédito per capita registradas no período. Em que pese serem menores que os valores nacionais, as operações de crédito registraram crescimento mais agressivo na região (multiplicou por 6 vezes) e no Estado da Bahia (multiplicou por quase 4 vezes), enquanto no cenário nacional triplicou.

DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA BAHIA

O quadro a seguir apresenta os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU nos quais se concentram os desafios fundamentais da Região Nordeste e do Estado da Bahia, priorizados por metodologia de seleção de risco aplicada pelo TCU nos trabalhos do Fisc Nordeste.

NORDESTE	BAHIA
ODS 9- Inovação e Infraestrutura ODS 16- Paz e Justiça e Instituições Eficazes ODS 8- Empregos Dignos e Crescimento Econômico ODS 11- Cidades e Comunidades Sustentáveis ODS 4- Educação de Qualidade ODS 6- Água Limpa e Saneamento ODS 3- Saúde de Qualidade	ODS 16- Paz e Justiça e Instituições Eficazes ODS 6- Água Limpa e Saneamento ODS 8- Empregos Dignos e Crescimento Econômico ODS 9- Inovação e Infraestrutura ODS 4- Educação de Qualidade

De acordo com a Constituição Federal, o Plano Plurianual (PPA) deve estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública. Como o PPA ainda não está integralmente regionalizado, há o risco de os planejamentos dos diferentes entes federados considerarem regionalizações distintas para fins de alocação de recursos.

Ademais, destaque-se que o Estado da Bahia não dispõe de plano estratégico de desenvolvimento com visão de longo prazo.

PRINCIPAIS PROCESSOS TCU: TC 016.215/2015-0, Acórdão 471/2016 – TCU – Plenário, Relator Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti; TC 020.126/2015-8, processo ainda não apreciado, Relator Ministro José Múcio Monteiro; TC 011.432/2015-2, processo ainda não apreciado, Relator Ministro Raimundo Carreiro.